

A Gênese Cultural da Real Academia Militar Brasileira

André Luiz dos Santos Franco*

Resumo:

O cerne temático deste artigo repousa na influência da Real Academia Militar na formação e estruturação do pensamento belicista do Exército Brasileiro. O viés empírico para constatação de tal assertiva foi alicerçado na criação desta Academia Militar em terras brasílicas, em 1810, particularizando as idiosincrasias dos seus estatutos e regulamentos, cujo principal objetivo foi projetar o poder da coroa lusitana na sua mais expressiva colônia. Nesse sentido, aborda-se o pensamento do ministro dos negócios estrangeiros e da guerra de Portugal, Rodrigo de Souza Coutinho, durante a sua permanência no Brasil, quando da vinda da família real. Sua principal incumbência foi forjar um exército na colônia, como forma de manter nas mãos da corte o monopólio da violência. Para o ministro português, um exército tinha seu valor balizado pelo valor dos seus oficiais e dos seus comandantes. Assim, a Real Academia Militar foi criada tanto como um instituto formador de oficiais para o exército colonial como um estabelecimento de ensino de engenharia. Ao longo deste artigo, descortina-se o fato da Real Academia ter a dupla missão de atender as necessidades militares e os reclamos dos serviços públicos civis, pois a colônia necessitava de um corpo de engenheiros capaz de diminuir as distâncias e aumentar seu poder infraestrutural. O nascimento dessa contradição entre formações militar e de engenharia dentro do mesmo estabelecimento de ensino bélico impregnou as fileiras do Exército Brasileiro por mais de um século, justificando a relevância do estudo dessa temática na história militar de Portugal e do Brasil.

Palavras-chave: Real Academia Militar, Rodrigo de Souza Coutinho, estrutura militar.

Abstract:

The core thematic of this article rests in the influence of the Real Military Academy in the formation and structuring of the warmongering thought of the Brazilian Army. The empirical bias for finding of such assertive one was grounded in the creation this Military Academy in “brasílicas” lands, in 1810, distinguishing the idiosyncrasies of its statutes and regulations, whose main objective was to project the power of the “lusitana” crown in its expressive colony. In this direction, the thought of the minister of the foreign affairs and the war of Portugal is approached, Rodrigo de Souza Coutinho, during its permanence in Brazil, when of the coming of the real family. Its main incumbency was to forge an army in the colony, as form to keep at the hands of the cut the monopoly of the violence. For the Portuguese minister, an army had its value

* Doutorando em História Militar (PPG/ECEME), Mestre em História Política (UFPR), Prêmio Tasso Fragoso 2004 e 2010 (Bibliex). E-mail: andresfranco@bol.com.br.

marked out with buoys for the value of its officers and its commanders. Thus, the Real Military Academy was created in such a way as a former institute of officers for the colonial army as an educational establishment of engineering. Throughout this article, the fact of the Real Academy is disclosed to have the double mission to take care of to the military necessities and the propagandas of the civil public services, therefore the colony needed a body of engineers capable to diminish the distances and to increase its power infrastructure. The birth of this military dichotomy between formations and engineering inside of the same warlike educational establishment impregnated the rows of the Brazilian Army for more than a century, justifying the relevance of the study of this thematic one in the military history of Portugal and of Brazil.

Words-key: *Real Military Academy, Rodrigo de Souza Coutinho, military structure.*

O passeio pela auto-reflexão do passado é certamente um assunto que pertence ao ofício de qualquer historiador. A elaboração de uma reflexão do sujeito cognoscente sobre si se efetiva na correlação com o objeto primário do pensamento: a própria história.¹ A partir desta assertiva, defende-se uma reflexão sobre a gênese do universo bacharelesco que deu origem ao longo caminho da construção identitária da elite militar brasileira, atrelada à influência da cultura militar da metrópole portuguesa na formação e estruturação do pensamento belicista do Exército Brasileiro.

A vinda da família real para o Brasil marcou definitivamente o destino da colônia portuguesa. O período foi de extremas mudanças e transformações. Os portos coloniais interditados ao mundo desde o descobrimento destas terras estavam finalmente abertos para o intercâmbio internacional. O príncipe D. João favoreceu a abertura de escolas que acabaram sendo fundamentais para a introdução e consolidação de novos hábitos de vida e comportamento que a sociedade colonial nunca sonhara.

Nesse clima de euforia e de expectativas, várias categorias marginalizadas, dentro da esfera colonial, acabaram emergindo como novas forças sociais, numa silenciosa transformação de interesses e de ideias. Dentro desse quadro de alterações profundas na vida da colônia, uma categoria social começou seu longo processo de evolução e de organização nacional, onde os privilégios de uma elite acabaram sendo marcantes dentro dessa instituição armada – o Exército Brasileiro.

Ao chegar ao Brasil, em 1808, D. João encontrou forças militares por demais frágeis para merecer o nome de Exército. Os corpos de tropa eram numericamente diminutos e pouco adestrados em qualquer mister, mostrando-se inexperientes na arte da

guerra. Também se caracterizavam pela fraca formação militar, por estarem precariamente armados e com sérios problemas de articulação e pouco ou nenhum sentido de conjunto, fundamentos básicos das organizações militares mais desenvolvidas daquele período.

Com esse painel caótico, a Coroa portuguesa decidiu investir na melhoria de sua força militar na colônia americana. Essa decisão pode ser justificada pelas antigas pendências no estuário do Rio da Prata e pelos movimentos turbulentos nas colônias espanholas que sempre ameaçavam os domínios de Portugal na América. Assim, D. João tratou de garantir plenas condições de segurança, interna e externa, na nova terra.²

A D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, coube enfrentar os problemas da criação de um Exército. Ainda em Portugal, Coutinho já fazia ver ao Regente os perigos de uma política militar fraca e displicente.³ O advento da transmigração da família real para o Brasil fez aumentar o desejo, em Coutinho, de desenvolver e fortalecer o poderio militar da Coroa, principalmente na colônia americana. Para o ministro, um exército tinha seu valor balizado pela qualidade dos seus oficiais e dos seus comandantes. Na realidade, acreditava que a formação do quadro de oficiais era a peça fundamental de uma estrutura militar que a colônia precisava montar. Desta forma, D. Rodrigo de Souza Coutinho deu total importância à criação da Real Academia Militar (um dos órgãos mais importantes para a evolução militar), que seria “o fecho das providências a serem tomadas no sentido de reformar o Exército e dar-lhe disciplina e instrução”.⁴

Apesar das resistências advindas de Portugal, D. Rodrigo acabou aprovando o Estatuto da Real Academia Militar em quatro de dezembro de 1810.⁵ Já em 23 de abril de 1811, numa sala da chamada Casa do Trem, depois Arsenal de Guerra do Calabouço, começaram a ser ministradas as primeiras aulas que deram origem ao pensamento bacharelesco desse estabelecimento de ensino militar, caracterizado como sendo o modo

¹ RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Tradução de: Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001, p. 25-26.

² FROTA, Guilherme de Andréa. *Uma visão panorâmica da história do Brasil*. Rio de Janeiro: S/Ed, 1983, p. 176-179.

³ LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 187-191.

⁴ *Ibidem*, p. 254.

⁵ O documento que criou a Real Academia Militar foi a Carta-de-Lei de 04 de dezembro de 1810, segundo a qual instituía “uma Academia Militar na Corte e Cidade do Rio de Janeiro”. A referida carta ainda detalhava o primeiro Estatuto da Real Academia Militar. Ver BRASIL. *Carta-de-Lei*, de 04 de dezembro de 1810. Aprova a criação de uma Academia Militar na Corte. Rio de Janeiro: ms., 1810. Acervo da Biblioteca Nacional, seção de manuscritos.

de pensar (o ponto de vista) dos alunos militares que estavam muito mais interessados no título de bacharel (doutor ou mestre) do que no posto de oficial do Exército.

D. Rodrigo Coutinho concebeu a Real Academia Militar como um instituto formador de oficiais para o Exército e de engenheiros para a colônia. Segundo sua visão, a escola deveria atender às necessidades militares e aos reclamos dos serviços públicos civis, pois as imensas distâncias da colônia exigiam a construção de estradas, os largos rios pediam pontes e o extenso litoral obrigava a existência de diversos portos, ou seja, a antiga colônia necessitava de um corpo de engenheiros capaz de diminuir as distâncias e aumentar o poder infraestrutural. Assim, a mesma escola deveria cuidar das técnicas da guerra militar e da outra guerra que se traduzia na construção de estradas, portos e canais. Essa configuração dúbia da Real Academia Militar estava alinhada com a orientação política defendida pelos reformistas ilustrados, qual seja, valorizar a formação de agentes integrados ao programa de reformas e de quadros funcionais da administração do “poderoso Império luso-brasileiro”.⁶

Analisando o Estatuto dessa Academia Militar, pode-se destacar esse conflito de maneira bastante clara. Dentre suas principais funções estavam a de formar oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e oficiais engenheiros, inclusive oficiais engenheiros geógrafos e topógrafos, aptos não só para os misteres militares, como para a direção de trabalhos civis de minas, portos e canais. Ou seja, a Academia nascia com dupla destinação, seria escola militar e escola de engenharia, ao mesmo tempo. Tal fato pesou sobre sua estrutura e seu regime de ensino militar, sobrecarregando seu currículo.

Essa dualidade de funções motivou severas críticas de vários setores do poder público. Louvada por uns, por outros apontada como causa de grandes males, a Academia teve força para se manter ao longo das inúmeras reformas realizadas durante o século XIX. O fato importante a ser destacado dentro dessa contradição foi a influência bacharelesca da engenharia sobre todo o corpo teórico do ensino militar e que somente começou a ser questionado a partir de 1874, quando a Escola Central foi transferida para o Ministério do Império, por meio do Decreto n. 5.529, de 17 de janeiro de 1874.

⁶ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 135-136.

Para uma melhor visualização dessa transferência, destaca-se um trecho do relatório do ministro da Guerra, o deputado João José de Oliveira Junqueira, de 1874. Segundo o referido documento,

o artigo 263 do regulamento aprovado pelo Decreto 5529, de 17 de janeiro deste ano, transferiu para o Ministério do Império a Escola Central, na conformidade da autorização contida na Lei 2261, de 24 de maio de 1873. Comunicou-se ao referido Ministério, em 3 do mesmo mês, que passava a ficar sob sua jurisdição a dita escola, cujo estado, quer em relação ao pessoal docente e administrativo, quer no que respeita ao seu material, era o mais lisonjeiro, achando-se bem montados e na melhor ordem os gabinetes de Física, Química, Mineralogia e Geologia, bem provida a Biblioteca dos mais importantes e recentes livros, e o edifício em excelentes condições de solidez e asseio.⁷

Ainda dentro da análise do Estatuto de 1810, pode-se rapidamente caracterizar essa contradição por intermédio do extenso currículo da Academia. A sua organização do ensino e o regime de vida da Academia refletiam o que se passava na Europa, porém deixavam transparecer quais eram as reais necessidades militares do Brasil. Em realidade, a cultura militar européia era caracterizada pela própria influência lusitana sobre a doutrina militar do período colonial que tinha ressonância na formação do oficial do Exército.⁸ Esse currículo tinha por objetivo fazer um curso regular de ciências exatas e de observação, assim como de todas aquelas que eram aplicações das mesmas aos estudos militares e práticos que formavam a ciência militar em todos os seus níveis.

Porém, a realidade econômica e de infraestrutura da colônia não permitia que o setor bélico fosse única e exclusivamente dedicado ao mundo das armas. Dentro de uma perspectiva geral de penúria, com inúmeras necessidades básicas em termos infraestruturais, o imaginário social da sociedade colonial exigia que o militar exercesse atividades bem mais ecléticas que apenas ser um instrumento de guerra. Nesse cenário, a Academia Militar acabou recebendo a incumbência de formar oficiais menos afetos ao mundo das armas, quase que exclusivamente voltados para o mundo infraestrutural. Com uma forte ênfase na formação de engenheiros geógrafos e topógrafos, a Academia Militar respondia ao anseio da sociedade colonial, pois seus militares passaram a ser utilizados na condução de trabalhos administrativos em minas, na construção de estradas, portos, canais e calçadas.⁹

⁷ BRASIL. *Relatório do Ministério da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1874, p. 4.

⁸ MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p. 233.

⁹ *Ibidem*, p. 232-234.

Para atingir tal objetivo, o curso da Academia se arrastava por um longo período de sete anos, nos quais os alunos estudavam: no primeiro ano, Álgebra, Geometria, Trigonometria e Desenho; no segundo, Álgebra, Geometria, Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral, Geometria Descritiva e Desenho; no terceiro ano, Mecânica, Balística e Desenho; no quarto, Trigonometria Esférica, Física, Astronomia, Geodésia, Geografia Geral e Desenho; no quinto ano, Tática, Estratégia, Fortificação de Campanha, Reconhecimento do Terreno e Química; no sexto, Fortificação Regular e Irregular, Ataque e Defesa de Praças, Arquitetura Civil, Estradas, Portos e Canais, Mineralogia e Desenho; no último ano, Artilharia, Minas e História Natural. Ainda havia a possibilidade do ensino de História Militar e aulas de francês, inglês e alemão.¹⁰

Pelo mosaico de disciplinas fica claro que se trata de um amplo e complexo plano de estudos, onde aparecem dois graus de ensino: o secundário e o superior; e, ao lado das matérias próprias da profissão militar, alinham-se as específicas da técnica da engenharia. Assim, o primeiro ano era uma espécie de “curso preparatório”, um preâmbulo matemático de nível fundamental e médio, destinado ao preparo para os estudos posteriores de Geometria Analítica, Física e Mecânica. O segundo, terceiro e quarto anos constituíam um período de estudos acadêmicos, de grau superior, que davam base para os estudos militares e de engenharia situados nos três últimos anos.

Em realidade, o currículo da Real Academia Militar de 1810 evidencia como aquele estabelecimento de ensino militar, idealizado por D. Rodrigo de Souza Coutinho, foi desvirtuado por um Estatuto por demais extenso e minucioso, que criou um longo período de formação de oficiais, que acabava perpassando uma série de estudos teóricos sem nenhuma experimentação prática. Cabe destacar, ainda, que o estudo historiográfico do referido Estatuto se reveste de grande importância, não só para o campo militar, mas para a própria engenharia civil e, por que não afirmar, para a própria cultura brasileira.¹¹

A distinção entre oficiais acontecia na própria Academia e estava normatizada pelo Estatuto que previa um “curso matemático”, constituído pelos quatro primeiros anos, e um “curso militar”, englobando as disciplinas dos três últimos anos. Os alunos

¹⁰ CARVALHO, Laerte Ramos de. Sobre a carta de fundação. *O Estado de São Paulo*. 22 abr. 1961. Suplemento comemorativo do sesquicentenário da Academia Militar. Acervo da Biblioteca Nacional, seção de obras raras.

¹¹ PONDÉ, Francisco de Paula e Argolo. A Academia Real Militar: sua instalação e o ensino militar. Separata de: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1972.

destinados à Infantaria e à Cavalaria apenas estudavam as matérias do primeiro ano (Matemática Elementar), e os assuntos militares do quinto. Somente aos artilheiros e engenheiros eram exigidos os estudos do curso completo.

Com isso, ocorria uma clara diferenciação entre o preparo dos infantes e cavalarianos e o saber próprio de artilheiros e de engenheiros. Estas duas últimas armas eram ditas as armas “técnicas” ou “científicas”, porque requeriam desenvolvidos estudos teóricos, de Matemática Superior, Balística e Fortificação. Tal compreensão se arrastou até a Primeira Guerra Mundial, quando a Infantaria e a Cavalaria, dotadas de armas automáticas, de morteiros e até de canhões, ganharam igualdade quanto à amplitude de conhecimentos teóricos a serem exigidos dos seus oficiais.

Não se pretende aprofundar ainda mais a discussão sobre a diferenciação entre categorias de oficiais que a própria Real Academia Militar gerava dentro do seu Estatuto e da sua organização de ensino. O que interessa é ressaltar que, tal como as coisas eram tidas em 1810, o infante e o cavalariano podiam ser formados em dois anos de estudo, enquanto artilheiros e engenheiros, com seus longos estudos de sete anos, colocavam-se como o patriciado intelectual do Exército, surgindo, assim, os oficiais “cientistas” e os oficiais “doutores”. Essa anomalia na formação da elite do Exército acabou motivando grandes discussões após a independência do Brasil.

Foi preciso que se passassem treze anos de permanência da Corte portuguesa em terras brasileiras para que, eliminadas as restrições da política colonial da Metrópole, o Brasil adquirisse fundamentais características de uma nação independente. Tais perspectivas são alicerçadas por uma efetiva economia voltada para o mercado externo e o início de um mercado interno já longe do intervencionismo português, ou seja, o Brasil experimentava reais expectativas de desenvolvimento que faltavam ao velho reino português, que vivia, em grande parte, dos recursos advindos da sua colônia americana, principalmente, a partir da segunda metade do século XVII. Aliada à evolução interna do Brasil, a presença de um estrangeiro governando Lisboa, herança das guerras napoleônicas, irritava o povo português e a reação provocada em toda Europa com o espírito liberal implantado pela Revolução Francesa, agitou o velho reino, dando lugar à revolução que transformou a sua monarquia absoluta em governo constitucional.

Apesar desse clima de liberalismo que inundou toda Europa, Portugal não desejava, e não podia desejar, perder o domínio sobre sua principal fonte de riqueza, o Brasil. As novas cortes constituintes portuguesas, então reunidas para traçar os novos rumos da monarquia, não aceitavam que a “colônia” Brasil se tornasse uma nação autônoma em pé de igualdade com a “metrópole” Portugal. Por tanto, realizaram uma política anacrônica de retorno à exploração e dominação, próprias do período anterior à presença da família real no Brasil. Contudo, o nível de autonomia que a “colônia” Brasil já havia desenvolvido tornava praticamente impossível fazê-la retroagir à situação de país colonial, como pretendiam os novos líderes portugueses.

Coube ao rei de Portugal e do Brasil, Dom João VI, compreender essa delicada situação em sua amplitude e tentar uma saída paliativa para o impasse. Ao partir do Rio de Janeiro, de regresso a Lisboa, de onde o chamavam os acontecimentos, deixara o filho dom Pedro, seu herdeiro, representando-o no Brasil e o aconselhara sobre o procedimento a ter para que não escapasse a nova coroa, efetivamente criada, para sua dinastia. Somente a dom Pedro, assumindo a chefia da inevitável reação brasileira contra qualquer tentativa de retorno ao processo de exploração colonial, seria isso possível.

Mesmo assim, os organizadores do constitucionalismo metropolitano português tentaram desconhecer a recente qualidade política que a classificação de reino havia dado ao Brasil. Ou seja, explorando o fato de serem mais fáceis as comunicações das zonas brasileiras do nordeste com Lisboa do que com o Rio de Janeiro, e, também, as rivalidades regionais naturalmente aqui existentes, procuraram, através do fracionamento territorial, fazer o Brasil voltar ao domínio de Portugal. Tal ação não obteve êxito. O intento português foi totalmente neutralizado pela hábil ação dos estadistas que presidiram a formação do Império e que souberam administrar as vaidades regionais e valorizar os interesses econômicos das categorias dirigentes, apesar dos obstáculos existentes. Desta forma, fez-se a independência política do Brasil.¹²

O Império herdava as consequências dos feitos da política externa portuguesa na América, principalmente, na região da bacia do Rio da Prata, onde existiam sérias questões a serem resolvidas. Além desse impasse internacional, o novo Império tinha

¹² DIAS, Maria Odila de Souza. “A interiorização da metrópole (1808-1853)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 175-179.

que lidar com as diversas forças portuguesas estacionadas em seu território, que se opunham ao seu movimento de completa autonomia em relação à coroa de Portugal.

Perante esses graves conflitos, o governo imperial viu-se obrigado a reformular e organizar uma força militar capaz de acabar com tais questões. Isso porque os quadros do Exército não tinham uma formação regular e não existiam nacionais em altos postos nas formações de linha. Até porque, como foi observado anteriormente, a Real Academia Militar, com pouco mais de dez anos de existência, não produzira ainda bastantes frutos, e os poucos que formava não eram oficiais de tropa. Assim, o problema do excesso de bacharelismo dentro da formação dos oficiais começava a se fazer sentir já com o advento da independência.

A pesquisa nos documentos relativos à vida da Real Academia Militar, durante o período de sua fundação até o processo de independência, deixa claro que eram muito tênues, para não dizer inexistentes, as relações e correlações entre a Academia Militar e o Exército Brasileiro. As guerras sucediam-se neste período e os integrantes da Academia nunca tomavam conhecimento, caracterizando quase sempre uma imunidade organizacional dentro da estrutura institucional do Exército Brasileiro. No sentido figurativo, era como se aquela casa do Largo de São Francisco fosse uma torre de marfim, onde não penetravam os ecos do Rio da Prata ou de qualquer preocupação com o movimento de conflitos internos inerentes ao processo de emancipação brasileira.

Nesse contexto, nenhum militar foi enviado para essas campanhas por ter cursado a Real Academia; nada foi ensinado na Academia, em consequência de alguma experiência colhida naqueles campos de batalha. A Real Academia Militar funcionava como um verdadeiro centro de estudos totalmente dissociado das instituições militares do Império, ou seja, não teve participação nos sucessos e fracassos do Exército Brasileiro durante os conflitos bélicos que marcaram o período em questão.

Assim, pode-se afirmar que o ensino militar desse período foi alicerçado por duas linhas paralelas, sem qualquer conexão uma com a outra; aquele que se ministrava na Academia, sob a forma de aulas, e outro, que nasceu da experiência viva das campanhas que se sucediam, principalmente, no Sul. O primeiro era a teoria da guerra, a preleção em sala de aula e os livros que falavam em batalhas e em processos de combate vividos na Europa; o segundo era a prática dos acampamentos, das marchas e dos

combates realizados no Rio Grande do Sul, sobre a realidade do soldado, do armamento, das estradas e distâncias.

Isto posto, fica evidenciado que, apesar do desencontro entre os teóricos da Academia e o empirismo das batalhas do Sul, poderia ter ocorrido uma complementaridade entre a teoria e a prática, em que a doutrina européia de guerra certamente poderia ter enriquecido a prática das campanhas sulinas com os seus princípios e as suas generalizações. A experiência do teatro de operações sulista valorizaria, sobremaneira, a introdução nas aulas teóricas de guerra, com retificações e as especificações do ambiente brasileiro.

Contudo, a realidade da sociedade brasileira não permitia tal integração, pois o país experimentava um período caracterizado pela existência de elites desenraizadas, voltadas para o exterior, enamoradas do mundo europeu. Assim, os “doutores” viviam em função dos problemas e das soluções de outros povos, e a ciência, neles, era sempre um fator de alienação e fuga. Esse fato aparecia em diversos campos, como na política, nas letras, nas cátedras e no campo militar. Por isso, aqueles dois ensinamentos eram dois mundos que se ignoravam, fluíam em tempos históricos diferentes, ou seja, distantes um do outro.

Mas, se na Academia não tinham repercussão os fatos militares, o mesmo não ocorria com os políticos. A revolução de 1817, em Pernambuco, acarretou o trancamento de matrícula de muitos alunos, que receberam ordem para seguir integrando as forças enviadas contra os revoltosos. Até os lentes deixaram suas cátedras e partiram com idêntico destino. “No ano de 1817 matricularam-se, no sétimo ano, seis discípulos, que não fizeram exame porque a revolução de Pernambuco os chamou a serviço, assim como aos dos outros anos”.¹³

Todas as atenções do governo se voltaram para o Nordeste, num esforço enorme visando debelar o surto revolucionário. A Academia teve sua vida totalmente alterada. O relatório sobre os trabalhos escolares naquele ano expressava assim a situação:

vê-se que havendo-se matriculado noventa e três discípulos nas diferentes aulas, somente fizeram exame e foram aprovados dezoito, tendo todos os mais deixado de frequentar por motivos que infelizmente ocorreram, e pela persuasão, em que se acham os militares, da inutilidade dos estudos para os seus acessos. É do nosso dever representar a V. Excia. que um semelhante abandono em que se acha a Real Academia Militar, exige as mais eficazes

¹³ BRASIL. *Anais da Assembléia Constituinte*. Rio de Janeiro: Tipografia do Império, 1823, p. 35.

providências, afim de se poderem obter as grandes vantagens a que se propôs el Rei nosso Senhor na Carta de Lei da Criação da mesma Academia, e para não ser inútil, como atualmente é, a despesa que se faz com este estabelecimento.¹⁴

No que tange aos fatos políticos que fervilharam durante o processo de independência, também a atuação dos lentes e dos alunos da Real Academia Militar foi marcante. Alguns lentes participaram desses fatos de modo ativo, escrevendo em jornais de combate, aliciando grupos de resistência ou integrando, a partir de 1824, o Parlamento. Assim foi com Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, engenheiro militar, lente de Trigonometria Esférica, Geodésia e Astronomia, durante certo tempo, membro da Junta Diretora da Academia, que teve intensa atuação na imprensa, como redator dos jornais “O Patriota”, nos anos de 1813 e 1814, “Gazeta do Rio de Janeiro”, de 1813 até meados de 1821, e “O Espelho” em 1822 e 1823, e foi deputado da Assembléia Constituinte de 1823. Assim foi com Antônio José do Amaral, lente de Matemática Elementar, que tomou parte ativa nas agitações político-militares de 1821 e 1822 e foi deputado à Assembléia Geral, em 1830. E, também assim, com José Saturnino da Costa Pereira, lente de Mecânica, que mais tarde chegaria a senador do Império e ministro da Guerra em 1837.

Apesar da falta de documentação e de fontes primárias, esta pesquisa vai ao encontro da opinião de Motta sobre a posição dos alunos perante a situação política do conturbado processo de independência brasileiro. Para o referido autor, seria impossível que, nas salas de aula e nos pátios de recreio, a política portuguesa de recolonização do Brasil não tivesse inspirado indagações e juramentos de rebeldia. Afinal, a trezentos metros do Largo de São Francisco ficava o Rocio, palco, em 1821, de comícios político-militares, onde por duas vezes, no período de quatro meses, a 26 de fevereiro e a cinco de junho, a tropa reuniu-se para exigir, do Rei e do Príncipe, submissão aos princípios democráticos. Das janelas da Academia, os alunos podiam ver toda a movimentação que mudaria os destinos do Brasil.¹⁵

Assim, fica evidenciado que os acontecimentos da independência refletiram na Academia em grau, pelo menos, moderado, o suficiente para caracterizá-la como um organismo ligado à vida do Brasil nascente. Em torno dela, o Brasil se agitou, expulsou

¹⁴ BRASIL. *Relatório dos trabalhos escolares realizados na Real Academia Militar durante o ano de 1817*. Rio de Janeiro, 1818. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, caixa 694.

¹⁵ MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p. 37.

as tropas portuguesas, elegeu assembleias políticas, forçou a abdicação de Pedro I. Foi nesse ambiente que, nas salas de aula do Largo de São Francisco, o Estatuto de D. Rodrigo Coutinho foi sendo limitado pelo tempo e foi conformando-se ao jogo de fatores que marcaram a vida política-social de um novo país independente.¹⁶

Dentro do que foi destacado até o momento, fica claro que o Primeiro Reinado (1822-1831) acabou expondo um dos principais problemas que a Carta-de-lei de quatro de dezembro de 1810 apresentava, qual seja, a criação de uma Academia Militar com um estatuto gerado a partir das ideias de um pensamento lusitano totalmente afastado da realidade concreta do Brasil. Desta forma, tanto o estatuto como o currículo da Real Academia Militar nasceram do mundo das ideias, sem a efetiva comprovação prática de sua realidade.¹⁷ Toda a normatização ideológica criada pelo Conde de Linhares para o ensino militar não possuía sustentação dentro da realidade brasileira da época.

Observa-se, portanto, que o grande erro de D. Rodrigo de Souza Coutinho ao criar a Real Academia Militar foi pensar o concreto do estabelecimento de ensino a partir da sua ideia de um Exército perfeito no Império luso-brasileiro. Na realidade, o Conde de Linhares deveria utilizar a realidade da aglomeração militar existente na colônia portuguesa na América (concreto) como ponto de partida efetivo para pensar uma nova instituição militar para o Brasil. Superando a ideologia lusitana, a situação concreta da Real Academia, durante esse curto período, acabou gerando modificações profundas na maneira de pensar, tanto dos lentes como dos alunos, ou seja, começava a ser lapidada uma nova maneira de pensar o currículo da Academia, a partir da sua experimentação prática.

Durante a pesquisa nos Anais da Câmara dos Deputados do período do Primeiro Reinado, a hipótese de que a Academia Militar surgiu sem o respaldo institucional político-militar foi corroborada. A partir das discussões daquela esfera do poder deliberativo, foi possível concluir que o Estatuto de 1810 começou a ser contestado já em 1823, numa série de sugestões e propostas que faziam menção à sua substituição. A primeira manifestação partiu da própria Academia, através de um projeto de reforma elaborado pelos lentes, sobre o qual emitiu parecer o então coronel Francisco Vilela Barbosa, depois Marquês de Paranaguá, projeto que acabou não tendo andamento. Em

¹⁶ MONTEIRO, Tobias. *História do Império: o primeiro reinado*, v. 1, Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia. Editores, 1939, p. 22.

¹⁷ MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: *Os Pensadores*. Tradução de: José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. 16.

1828, o deputado Francisco de Paula Holanda Cavalcanti, que passara brevemente pela Academia, como lente de Física, apresentou à Câmara um projeto de estatuto que também haveria de morrer nas mãos da Comissão de Marinha e Guerra.¹⁸

O relatório do ministro da Guerra de 1829 também fez referência a uma reforma da Academia, pois acreditava que tal estabelecimento de ensino não estava correspondendo satisfatoriamente aos fins para os quais teria sido criado, ou seja, era desejo do ministro tornar a Academia uma verdadeira escola militar.¹⁹ Observa-se, já em 1829, o início da contradição entre o bacharelismo e o profissionalismo dentro do ensino militar, provocando opiniões díspares e conflitantes, problema que, segundo este trabalho, somente será resolvido com o advento da Missão Militar Francesa no final da segunda década do século XX.

Cabe destacar, dentro desta discussão, o projeto de resolução apresentado à Câmara, em 1830, propondo a extinção da Junta Diretora e aconselhando que a Academia passasse a ser dirigida por um comandante militar. Esse episódio teve como destaque as figuras de dois deputados, lentes da Academia – Antônio José do Amaral e Cândido Batista de Oliveira. Naquela oportunidade, o segundo disse que “como, membro da Academia, conhecia todos os defeitos da sua organização, que não estavam só na administração mas ainda no ensino”. Declarou ainda que algumas atribuições da Junta nunca haviam sido cumpridas, que a destacada “junta de ordinário não tem se composto de mais de três membros, e tempo houve em que apenas um membro exercia a função”. Terminou afirmando que as ideias de reforma da Academia encontravam sempre a junta pela frente, em forte oposição.

Intervieram no debate Raimundo da Cunha Matos, Lino Coutinho e Francisco de Paula Holanda Cavalcanti. O primeiro pediu prudência em tudo o que se referisse à Academia, e aconselhou estudo prévio do que se passava na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Holanda Cavalcanti ironizou esses apelos à prudência, afirmando que o governo “pouco desejo tinha de que a mocidade militar se instrísse nos princípios da guerra”. Para esse deputado, a junta não era mais do que um estorvo ao progresso da Academia, os seus membros discordavam ordinariamente e, ainda por cima, atrasavam os trabalhos. Cavalcanti concluiu sua explanação afirmando que a Academia, naquela

¹⁸ BRASIL. *Anais da Câmara dos Srs Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1828, p. 188-189.

¹⁹ BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra*. Rio de Janeiro, 1829, p. 45-56. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

configuração, “não passava de um mero espantalho”. Lino Coutinho tentou dar um ponto final a tão inflamada sessão, destacando que “pelo que se acaba de dizer, os estudos teóricos são sumamente pesados e os estudos práticos não se têm ensinado; por conseguinte, é necessário apresentar um novo método de ensino”.²⁰

Com este conjunto de exemplos, pode-se afirmar que a Academia possuía bastante representatividade no Parlamento, pois os lentes que falavam aos alunos, nas salas de aula, eram os mesmos que debatiam na tribuna parlamentar. Nesse contexto, a categoria de lentes da Real Academia Militar acabou desenvolvendo diversas estratégias para ocupar postos no Parlamento, onde poderiam, efetivamente, ter uma atuação mais efetiva na defesa de seus interesses e da instituição militar, principalmente, da Real Academia.

Cumprir observar que, durante o Primeiro Reinado, a situação do Exército e, por conseguinte, da Real Academia Militar não foi das melhores. O aparato militar herdado do antigo domínio colonial já estava, absolutamente, inadequado para resolver os problemas inerentes ao país. O movimento de independência não contribuiu para modificar os critérios dos chefes militares quanto ao ensino e quanto à capacitação técnica da oficialidade. Ademais, a profissão de engenheiro não era, ainda, uma necessidade premente para a sociedade imperial. O Brasil estava alicerçado por uma economia agrícola à base de trabalho escravo, sem maiores exigências quanto às obras de engenharia.²¹

Assim, a escola destinada à instrução de oficiais para o Exército e à formação de engenheiros para a sociedade teve que lutar com grandes dificuldades para sobreviver. Ou seja, muitos dos problemas que assolavam a Academia não nasciam de seu interior e, muito menos, poderiam ser resolvidos a partir do seu próprio âmago.

Dessa forma, juntamente com o fim do Estatuto de 1810, chegava ao fim o próprio regime de D. Pedro I, que não teve forças para enfrentar, construtivamente, os problemas do país, dentre eles, os do Exército e os da Academia Militar. O Exército, que participou ativamente da abdicação de Pedro I, vivenciou um período tão conturbado quanto o do próprio governo que estava ajudando a derrubar.

²⁰ BRASIL. *Anais da Câmara dos Srs. Deputados*. Rio de Janeiro, 23 jun. 1830, p. 473-474. Acervo da Biblioteca Nacional, seção de obras raras.

²¹ FROTA, Guilherme de Andréa. *Op. Cit.*, p. 232-236.

A crise do Primeiro Reinado demonstrou o perigo potencial que representava a concentração do estabelecimento formador do pensamento da elite militar num só lugar e, ainda mais grave, encravado no seio da própria Corte. As perspectivas de diversas rebeliões encabeçadas por elementos originários dos bancos escolares da Real Academia Militar pressupunham que, da parte do aparato militar do sistema institucional, as responsabilidades na área política poderiam ser constantemente alvo de contestação por parte de lentes e/ou alunos. Isso preocupava, em demasia, a elite civil dirigente do Brasil e levou o governo imperial, a partir do período conturbado das regências, a repensar o papel da Real Academia Militar, bem como do próprio Exército Brasileiro.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

- BRASIL. *Anais da Assembléia Constituinte*. Rio de Janeiro: Tipografia do Império, 1823. Acervo da Biblioteca Nacional, seção de obras raras.
- BRASIL. *Anais da Câmara dos Srs. Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1828 e 1830. Acervo da Biblioteca Nacional, seção de obras raras.
- BRASIL. *Carta-de-Lei*, de 04 de dezembro de 1810. Aprova a criação de uma Academia Militar na Corte. Rio de Janeiro: ms., 1810. Acervo da Biblioteca Nacional, seção de manuscritos.
- BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra*. Rio de Janeiro, 1829. Arquivo Histórico do Exército.
- BRASIL. *Relatório do Ministério da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1874. Acervo da Biblioteca Nacional, seção de obras raras.
- BRASIL. *Relatório dos trabalhos escolares realizados na Real Academia Militar durante o ano de 1817*. Rio de Janeiro, 1818. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, caixa 694.

Fontes Secundárias

- CARVALHO, Laerte Ramos de. Sobre a carta de fundação. *O Estado de São Paulo*. 22 abr. 1961. Suplemento comemorativo do sesquicentenário da Academia Militar. Acervo da Biblioteca Nacional, seção de obras raras.
- DIAS, Maria Odila de Souza. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FROTA, Guilherme de Andréa. *Uma visão panorâmica da história do Brasil*. Rio de Janeiro: S/Ed, 1983.

- LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: *Os Pensadores*. Tradução de: José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- MONTEIRO, Tobias. *História do Império: o primeiro reinado*, v. 1, Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia. Editores, 1939.
- MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- PONDÉ, Francisco de Paula e Argolo. A Academia Real Militar: sua instalação e o ensino militar. Separata de: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1972. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Tradução de: Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.